ESTADO DE RORAIMA
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA
Assembleia Legislativa
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA A Força do Povo

Boa Vista-RR, 24 DE SETEMBRO DE 2009 Editado conforme Resolução nº 041/08 Edição 714 Páginas: 10

MESA DIRETORA

DEPUTADO MECIAS DE JESUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
1º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO JOSÉ REINALDO
2º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO DAMOSIEL L. DE ALENCAR
3º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADA MARÍLIA PINTO
1ª SECRETÁRIA

DEPUTADO REMÍDIO MONAI
2º SECRETÁRIO

DEPUTADO ROSINALDO ADOLFO
3º SECRETÁRIO

DEPUTADO MARCELO CABRAL
4º SECRETÁRIO

DEPUTADO ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DEP. RODOLFO BRAGA - PRESIDENTE
DEP. JALSER RENIER – VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEP. RONALDO TRAJANO - PRESIDENTE
DEP. ERCI DE MORAES - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE
DEP. IONILSON SAMPAIO - PRESIDENTE
DEP. ZÉ REINALDO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE
DEP. CÉLIO WANDERLY - PRESIDENTE
DEP. MARCELO CABRAL - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
DEP. LÚCIA PEIXOTO - PRESIDENTE
DEP. RAUL LIMA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA - PRESIDENTE
DEP. LEONÍDIO LAIA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS
DEP. FLAMARION PORTELA - PRESIDENTE
DEP. SARGENTO DAMOSIEL - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR
DEP. FLÁVIO CHAVES - PRESIDENTE
DEP. NALDO DA LOTERIA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E ASSUNTOS INDÍGENAS
DEP. AURELINA MEDEIROS - PRESIDENTE
DEP. IONILSON SAMPAIO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
DEP. IVO SOM - PRESIDENTE
DEP. CHICO GUERRA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES E OBRAS
DEP. TIÃO PORTELLA - PRESIDENTE
DEP. RONALDO TRAJANO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO AOLESCENTE E DO IDOSO E DE AÇÃO SOCIAL
DEP. MARÍLIA PINTO - PRESIDENTE
DEP. SOCORRO SIMÕES - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DEP. ERCI DE MORAES - PRESIDENTE
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS E MERCOSUL
DEP. LEONÍDIO LAIA - PRESIDENTE
DEP. REMÍDIO MONAI - VICE-PRESIDENTE

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

ERRATA À RESOLUÇÃO Nº 885/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

ALTERAR o deslocamento da Excelentíssima Senhora Deputada **MARILIA NATÁLIA PINTO,** para a cidade de Brasília-DF. **Onde se lê:** no período de 22.09 a 24.09.09, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 13:00 horas do dia 22.09.09,** aonde a mesma visitará o Diretório Nacional do PSDB, para tratar de assuntos políticos e partidários, com ônus para este Poder, no tocante a 02 (duas) diárias. **Leia-se:** no período de 22.09 a 25.09.09, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 13:00 horas do dia 22.09.09,** aonde a mesma visitará o Diretório Nacional do PSDB, para tratar de assuntos políticos e partidários, com ônus para este Poder, no tocante a 03 (três) diárias.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 22 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 886/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA, Assessora da Presidência,** para a cidade de Brasília-DF, no período de 22.09 a 25.09.09, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 13:00 horas do dia 22.09.09,** aonde a mesma acompanhará a Deputada Marilia Pinto em visita ao Diretório Nacional do PSDB, para tratar de assuntos políticos e partidários, com ônus para este Poder, somente no tocante às passagens aéreas.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 22 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 887/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **MARIA CRISTINA DE MELO e LUCIANO GLAUBER FERNANDES BRITO, Assessores Parlamentares, (Gab. Dep. Marilia Pinto),** para os municípios de Iracema e Caracaraí, nos dias 23 e 24.09.09, aonde os mesmos representarão a Deputada acima mencionada em reunião com Prefeitos e Vereadores dos referidos municípios, com ônus para este Poder, no tocante a 01 e ½ (uma diária e meia) para cada servidor.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 22 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 888/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do servidor **LUCIANO GLAUBER FERNANDES BRITO, Assessor Parlamentar, (Gab. Dep. Marilia Pinto),** para os municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe, no período de 25.09 a 28.09.09, aonde o mesmo representará a Deputada acima mencionada em reunião com Prefeitos e Vereadores dos referidos municípios, com ônus para este Poder, no tocante a 03 e ½ (três diárias e meia).

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 22 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARILIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 889/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **IVAL DIAS MOTA, ALE FG-15, AGUINALDO ALVES LACERDA, ALE FG-1, PEDRO OLIVEIRA DE FARIAS, Assistente Especial e CLAUDIONOR CAVALCANTE DE ARÚJO, ALE FG-15,** para os municípios de São João da Baliza e Caracaraí, nos dias 23 e 24.09.09, aonde os mesmos acompanharão o Presidente desta Casa Legislativa aos referidos municípios, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 22 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA
3º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 890/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES,** para a cidade de Goiânia-GO, no período de 26.09 a 03.10.09, aonde o mesmo participará do Treinamento de Solicitação a Prestação de Contas, incluindo Tomadas de Contas Especiais e visitará a Assembleia Legislativa de Goiás no setor de Ouvidoria para colher dados para a Ouvidoria da Assembleia Legislativa de Roraima, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 22 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA
3º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 891/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da Excelentíssima Senhora Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA,** para o município de Uiramutã, no período de 25.09 a 28.09.09, aonde a mesma dará cumprimento às Sessões da Assembleia Itinerante, com objetivo de colher informações sobre a revisão da Constituição Estadual, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 23 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA
3º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 892/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento das servidoras **MARIA VERÔNICA DE ARAÚJO e EVEN KEILA SALES REBOUÇAS, Assessoras Parlamentares (Gab. Dep. Aurelina Medeiros),** para o município de Uiramutã, no período de 24.09 a 27.09.09, aonde as mesmas estarão participando de reuniões com lideranças relativas as atividades inerentes aos trabalhos do referido gabinete e assessoramento na Sessão Itinerante naquele município, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 23 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA
3º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 893/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento das servidoras **SÉRGIA VASCONCELOS DE MACEDO e IZETE ALMEIDA DO NASCIMENTO, Assessoras Parlamentares (Gab. Dep. Aurelina Medeiros),** para a Vila Samaúma, município de Mucajaí, no período de 23.09 a 30.09.09, aonde as mesmas participarão de reuniões com moradores daquela localidade relativas aos trabalhos do referido gabinete, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 23 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA
3º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 894/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do servidor **SILAS BARBOSA DOS SANTOS, Assessor Parlamentar (Gab. Dep. Aurelina Medeiros),** para o município de Alto Alegre, no período de 23.09 a 30.09.09, aonde o mesmo participará de reuniões com moradores daquele município relativas aos trabalhos do referido gabinete, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 23 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA
3º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 895/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do servidor **MOISÉS SARAIVA FEITOSA, Assessor Parlamentar (Gab. Dep. Laia),** para a localidade 88 na Venezuela, no período de 26.09 a 29.09.09, aonde o mesmo irá assessorar o deputado acima mencionado em visitas e reuniões com garimpeiros brasileiros que lá residem, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 23 de setembro de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA
3º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 1862ª SESSÃO, EM 08 DE SETEMBRO DE 2009.
38º PERÍODO LEGISLATIVO DA 5ª LEGISLATURA.
ORDINÁRIA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.
(Em exercício)

Às nove horas do dia oito de setembro de dois mil e nove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a milésima octingentésima sexagésima segunda Sessão Ordinária do trigésimo oitavo Período Legislativo da quinta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra)** - havendo quorum regimental**,** declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai).**

(Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto)** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 077/09, de 03/09/09, do Gabinete do Deputado **Remídio Monai,** justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 10 do corrente.

EXTERNO:

- Ofício nº 978/09, de 31/08/09, informando que o GER assinou Convênio nº 042/09-GER/SEPLAN/CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA AMAZÔNIA-CEPEAN.

- Ofício nº 2534/09, de 31/08/09, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, solicitando a colaboração desta Casa, no sentido de divulgar o Seminário Latino Americano de Direito Eleitoral Comparado, que acontecerá nos dias 01 e 02/09/09.

O Senhor Deputado **Ivo Som –** Bom dia, Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, Senhores amigos, pares deste ilustre Poder Legislativo, senhoras e senhoras, imprensa, funcionários de um modo geral, sejam bem vindos.

Senhor Presidente, queria fazer aqui e prestar conta dos convites que me foram feitos na semana passada, através do Presidente da Câmara de Alto Alegre, Vereador **Irley**, demais vereadores e autoridades daquele município, que quando pudesse fosse ao município ver as estradas, visitar as comunidades e fizer uma visita à sociedade. Esse convite nos rendeu muitas coisas boas. Primeiro, visitamos toda estrada que liga Boa Vista ao Alto Alegre, e a que adentra ao Taiano. Vimos toda a recuperação da estrada. Fomos também até o Boqueirão, juntamente com o primeiro e segundo Tuxaua daquela comunidade indígena e as pessoas que ali adentraram, num trabalho junto com a comunidade indígena, com relação ao desenvolvimento daquela localidade.

Fomos também à localidade da barata, juntamente com a Deputada **Lúcia Peixoto**, onde pudemos ouvir as pessoas, conversar com os correligionários sobre os festejos do Maxixão naquela comunidade, onde soube das emendas alocadas pela Deputada **Lúcia Peixoto** para aquela localidade, inclusive com a iluminação do campo de futebol e a energia naquela comunidade, diferentemente do Boqueirão e outras localidades. Mas fomos a fundo a respeito da energia elétrica, porque a estrada, todos no final de reunião viram, está boa. Entramos no Boqueirão e fomos até o Taiano. Parabenizo o Governo de Roraima juntamente com o Prefeito **Viru,** do município de alto Alegre, que não tem medido esforços para trabalhar junto àquela comunidade no município de Alto Alegre.

A primeira reivindicação seria a energia elétrica justamente para o Boqueirão e mais a frente à Mangueira, Diamantina e São Francisco, mas ficamos muito surpresos e agradecemos ao Deputado **Chicão** pela grande construção da linha de energia naquele município, que recebeu uma emenda do Deputado **Chicão da Silveira** e de um parlamentar federal. Então, ficamos muito satisfeitos, até porque entendemos que há muito tempo, na beira da estrada, estão os postes, e agora será mais fácil, com essa emenda do Deputado **Chicão.** Também levei esse assunto ao conhecimento do Governador **Anchieta Júnior.** Ontem mesmo no feriado, antes de irmos ao desfile de sete de setembro, conversamos e mostramos tudo ao nosso Governador e recebemos todo aval, para que a energia elétrica chegue às comunidades do Boqueirão, Taiano e Barata, para que seja definitivo. Na Barata e no Taiano ainda funciona através de motores, e no Boqueirão a dificuldade é grande, pois funciona com combustível, e, às vezes, é necessário que se regre.

Também, Senhor Presidente, iremos estender este convite que foi feito pelos Vereadores do Alto Alegre, para algumas autoridades. A Deputada **Lúcia Peixoto** e eu discutimos também os problemas de energia elétrica do Cantá. Temos informações que já tem união pronta, faltando apenas às licitações para começar a grande obra de iluminação no município de Cantá. A partir de hoje, há todos os elos de CPLs e quero convidar, quem quer que seja, mas cobrar imediatamente os trabalhos para que se realize o mais rápido possível. Vamos todos os finais de semana, não só a convite da comunidade, mas vamos reforçar através de documentos oficiais. Hoje temos um encontro na CEIF com o Senhor **Adriano**, e outras autoridades, a qual foi autorizada pelo Secretário **Kaká,** onde juntos com o Deputado **Braga,** possamos ir lá conversar com as autoridades da CPL a respeito das licitações da energia elétrica.

O mais, Senhor Presidente, agradecemos o convite da ECOMEX, encontro do MERCOSUL, aquele que eu falei que vai terminar em maio do ano que vem na Polônia. Já fomos convidados, mais uma vez, a participar do ECOMEX no MERCOSUL, dias 16 e 17, em Foz de Iguaçu, mostrando o intercâmbio do MERCOSUL, dos países que temos ligação. Inclusive, me foi feito diretamente, com a presença do Presidente **Luiz Inácio da Silva;** com a Presidenta da Argentina, Senhora **Cristina Kirchner;** Senhor **Fernando Hugo**, Presidente do Paraguai; Senhor **Tabaré Vazquez,** Presidente do Uruguai; **Hugo Chavez,** Presidente da Venezuela e outros Ministros do Alto Escalão do Brasil, como **José Múcio Monteiro**, Ministro de Relações Institucionais; e outros como **Miguel Jorge, Celso Amorim**. Isso é muito bom! Nesse encontro Roraima terá direito a voz. Já me inscrevi nesse ECOMEX, justamente para levar ao conhecimento, tanto do Presidente **Lula,** que diz que está chegando à semana que vem aqui no Estado, e se não conseguirmos falar com ele aqui, iremos onde ele estiver, porque o povo de Roraima merece mais respeito, em especial na pauta de investimento na área de energia elétrica. É esse o ponto que vamos levar para Foz de Iguaçu mais uma vez, porque lá tivemos todo apoio da Câmara Municipal de Iguaçu, como da Cidade Del Este, de Paraguai, onde discursamos por mais de meia hora e vamos à busca do que é melhor para o Brasil, e o que é melhor para o Brasil é melhor para Roraima. Roraima tem que está no foco das discussões, seja no comércio ou nos assuntos bilaterais discutidos no País e no mundo por aí afora.

Senhor Presidente, também uma correspondência em meu gabinete.

"Presidente do Partido Trabalhista Nacional, Deputado **Ivo de Sousa Pereira**, onde podemos confirmar os contratos firmados entre o Governo de Roraima de obras já realizadas e concretizadas através da SEPLAN e SEINF do Estado de Roraima".

Vou citar alguns itens:

O último convênio firmado e terminado o seu contrato, que regeu do início ao término da obra, contrata de repasse de 227.000,00, apoio à construção de habitações populares para desintrusados da Raposa/ Serra do Sol e mais 394.000,00, contrato e repasse de nº 270.913/33, de 273.000,00 que tem vigência até o final deste ano; contrato firmado de 1.076.460,00, vigência até o final do ano, na construção de apoio à estrutura associativista para o desenvolvimento rural sustentável. Fizemos questão de juntos olharmos esse contrato da CAER, onde fomos a fundo: contrato de repasse de nº 278/427, controle 16, no valor de 10.958. 333,33. Ele destina todo esse recurso exclusivo para implantação do sistema de drenagem urbana e de remanejo de água pluvianual do lote II, da vigência que termina no dia 16/12/09. Complementando esse repasse, também tem o contrato de nº 280167/18 da CEAPA, de 1.199.000,00, fim da vigência também dia 16/12/09, a qual a contratação e o término da infra-estrutura para o aumento da produtividade de logística, transporte

e alimento para a CEAPA. Esses dois convênios foram firmados e o fim dos seus contratos no final deste ano em dezembro, mas, pelo que me disseram, é que os trabalhos estão adiantados e que vão entregar a obra e todo o serviço mesmo antes de vencer o prazo de entrega.

Queremos falar do contrato de 6.000.000,00, que a vigência dele termina no dia 25/06/2011, contrato de financiamento de número 249582/05 do ano de 2008; programa saneamento para todos os convênios entre o Governo de Roraima a SEINF e Caixa Econômica Federal, onde ele fala elaboração do plano diretor de Boa Vista, referente ao abastecimento de água e esgoto sanitário e drenagem sustentável e resíduos sólidos, o valor ultrapassando a casa de 17.000.000,00. Firmando esse contrato, já foi assinado na última viagem do Senhor Governador a Brasília um dos últimos, que seria a terceira e última etapa pelo contrato de repasse de nº 247544/81 de 2007, construção da planetária e observatório do parque Anauá, primeira etapa, no valor de 3.726.750,00. Fim da vigência também com os mesmos contratos firmado na época pela Caixa Econômica, dia 16/12/09. Um dos últimos contratos que discuti e vou hoje a SEINF discutir com o Secretário de Obras do Estado o contrato de 8.789.555,56 que também tem a vigência até o dia 16/12/09. Contrato de nº 278465/81, de 2008, no apoio de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário no município de Boa Vista, no valor de 8.787.000, 00, com mais o recurso firmado na última vigência do último contrato firmado; contrato de repasse 266065/91 do ano de 2008; SEINF implantação do sistema de drenagem urbano e de remanejo de águas fluviais do lote I do município de Boa Vista, no valor de 11.724.180,21; contrato de repasse de nº 226563/86 de 2007, última etapa, elaboração do projeto de engenheira para ampliação do sistema de esgoto sanitário da Capital, especificamente no centro da cidade. Término da vigência, já foi realizado no mês passado, 16/08/09, no valor de 3.600.000,00; Caxangá/Mirandia e baixo Caçarí já foram terminados e acima de tudo esse primeiro convênio foi firmado na época do Governador **Ottomar Pinto** em 2007; complementando todos esses mais o penúltimo, contrato de repasse de 266065/91 de 2008, já assinado pelo Governador **Anchieta Júnior**; implantação do sistema de drenagem urbana sustentável de manejo de águas fluviais de Boa Vista, valor 11.724.181,00, vigência 30/08/09 que também foi terminado, de Mário Homem de Melo até Santa Tereza. O último contrato que vence no ano que vem, para finalizar o contrato no montante de mais de 100.000.000,00, contrato de repasse 213280/80 dos 2006, quando se iniciou o primeiro contrato já na época do então Governador **Ottomar de Sousa Pinto**, construção do presídio masculino no município de Rorainópolis, valor 6.189.874,94. Esse vai até o dia 16/06/10. O último contrato do saneamento com esse, contrato da urbanização e saneamento do novo bairro São Bento, término do contrato 16/01/10, no valor de 37.242.266,17, totalizando 124.000.000,00 através de convênio com a Caixa Econômica Federal para melhor qualidade de tratamento de águas, redes de esgotos e, acima de tudo, toda urbanização, saneamento e implantação água e esgoto no bairro São Bento.

Senhor Presidente, fico muito satisfeito, estive com vários Secretários e que imediatamente nos passaram todos essas informações de controles firmados com a Caixa Econômica Federal, e, a partir de hoje, como dissemos anteriormente, vamos levar ao conhecimento da comunidade os investimentos, a transparência do uso do dinheiro público, a legitimidade, a tranquilidade de um governo que veio para somar e trabalhar em nome do povo de Roraima. Falo do Governador **Anchieta Júnior.** Tem muito para se fazer? Tem. Nós vamos cobrar. Ouvimos da própria boca do Governador. O que tiver que elogiar, vamos elogiar; o que tiver que cobrar, vamos cobrar, como, por exemplo, a energia elétrica do município de Ato Alegre, mais especificamente no Boqueirão, Taiano e Barata. Já tive um bom resultado e um bom anúncio de que até dezembro iremos inaugurar a primeira rede de energia elétrica, firmado o contrato, até o Boqueirão. Espero que seja em breve, caso contrário, vamos cobrar, fiscalizar e também mostrar a verdadeira situação do governo que veio para trabalhar.

Quero agradecer a benevolência de Vossa Excelência e amanhã irei falar a respeito dos investimentos no sul do Estado, em Mucajaí, Caracaraí, Vila São Raimundo e outras coisas que adentrarem na nossa pauta e que leve informação de investimento que o governo tem feito em prol da sociedade.

O meu muito obrigado e até a próxima oportunidade, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero, neste dia de hoje, apenas prestar conta do serviço que fizemos nesse final de semana, onde visitamos os pólos I, II, III e IV na região do Murupu, antiga fazenda Bamerindus. Lá estivemos reunidos com moradores, produtores daquela região. Essa região, apesar da proximidade da nossa capital, merece uma atenção especial. A gente viu, in loco, a necessidade desses pequenos produtores que muito lutam, mas alguns ainda teimam em permanecer nos seus lotes. Quero, Deputada **Aurelina,** Líder do Governo, passar o anseio desses produtores e dizer que eles reclamam da demora do pagamento do vale-alimentação, que há mais de 04 meses não é pago e este problema a gente vai levar ao conhecimento do Governador **Anchieta**. Reclamam também do pró-custeio, que já foi pago em todo sul do Estado, mas ainda não chegou até esses pequenos produtores. Essa ajuda do vale-alimentação e pró-custeio é uma ajuda significante para aqueles pequenos produtores que lutam ainda. Lá vivem aproximadamente um pouco mais de 300 famílias, mas lá tem mais de 800 lotes. Infelizmente, alguns vêm para cidade, porque não existe aquele apoio, uma condição para que eles permaneçam nos seus lotes e acabam vindo buscar uma oportunidade na cidade.

Então, era isso, e aproveitando essa oportunidade, Senhor Presidente, queria fazer um esclarecimento. Todos nós sabemos, é público, que a pauta da Assembleia está trancada, não se vota projeto lá mais ou menos um mês. Várias leis complementares estão na sequência para serem votadas. Existe a lei das terras, de grande importância para este Estado. Os Deputados dessa Comissão já se mobilizam para fazer suas emendas, para melhorar essa lei. Chegou lá cerca de 25 dias uma Lei Complementar para readequar o quadro de distribuição do efetivo da Polícia Militar, uma necessidade da Polícia Militar. Esse projeto não foi para pauta por conta do mesmo motivo de todos os projetos, a pauta está trancada, mas dentro da Polícia Militar divulga-se que esse projeto não foi votado, porque o Deputado **Damosiel** segurou o projeto da Polícia Militar. Nem eu e nem um dos Deputados aqui, não presenciei no meu mandato aqui nenhum Deputado segurando projeto, principalmente projeto de alguma secretaria ou de algum aumento, ou de alguma situação que beneficie servidor. Não vi ainda, e eu sou o mais interessado que os projetos da Polícia Militar tramitem aqui na Assembleia, e o projeto está aqui, Deputado **Flávio.** Eu e o Deputado **Chicão** estamos trabalhando nas emendas, na adequação para melhorar esse projeto, mas existem outros interesses dentro da Polícia Militar que ficam divulgando aos mais desatentos que o Deputado **Damosiel** segurou o projeto da Polícia Militar e que não vai deixar o projeto ser votado. Isso é uma mentira. Dentro da Polícia Militar todos sabem onde começou essa história. Dentro da Polícia Militar todos sabem quem é que está sendo beneficiado pela divulgação dessa história com "h" minúsculo.

Então, queria esclarecer que o projeto da Polícia Militar, bem como alguns projetos que estão aqui para serem votados, não foram votados por conta de a pauta estar trancada, por conta da votação do veto da LDO, e eu espero que hoje essa novela termine.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ivo Som** – Obrigado, Vossa Excelência. Primeiro, quero lhe parabenizar quando fala do vale-alimentação e do pró-custeio, que hoje é o vale - solidário. Estive presente com o Senhor Governador na entrega de alguns dos vales, e você vê a felicidade quando se anuncia que vai entregar e mais felicidade ainda quando se recebe. Estive em Caroebe, no Baliza, São Luiz do Anauá, Rorainópolis e a gente vê a gratidão e o respeito que aquele povo tem quando pega o seu vale-alimentação ou o pró-custeio. Vossa Excelência foi muito verdadeiro quando fala que trezentas e poucas famílias e que tem 800 e poucas, mas a vontade do governo é atender a todas. Vossa Excelência está coberto de razão, agora, a demanda, a crise financeira não é só em Roraima, mas no Brasil e no mundo, mas eu ouvi do Governador esses dias, inclusive na rádio na semana passada, de que ele vai fazer o possível e o impossível para tentar falar com a Secretária do Bem-Estar Social, **Marluce** e também com o Secretário **Leocádio,** para que possa tentar amenizar, pelo menos, o pró-custeio para ajudar àquelas famílias, porque é um projeto que veio de governos anteriores e até hoje ajuda famílias carentes. Veja bem, quem trabalha o mês todo, que recebe, às vezes, um salário mínimo, não dá conta de sobreviver, e quando chega essa ajuda, 60, 120, o que seja, mas é um benefício que chega à mesa da população carente.

Quero terminar dizendo o seguinte, aqueles que falam isso de Vossa Excelência não estão falando a verdade, porque eu acompanho a sua briga incansável. Tem-se um Deputado legitimado para falar pela PM, pelos Bombeiros Militares, porque todas as vezes que vejo Vossa Excelência ir naquele palácio é ir em busca de ajudar para aquelas instituições, seja na reforma, limpeza, ou emendas e, acima de tudo, mostrando a cara verdadeiramente, como nas greves. Nunca se omitiu sempre em defesa das duas corporações, e isso eu sou testemunha. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. – Obrigado, Deputado **Ivo.** Queria dizer, Deputado, que eu conheço as dificuldades de se fazer pagamento de vale-alimentação, e o Deputado **Flamarion Portela** sabe disso, principalmente no interior. Hoje, se não me engano, são mais de 85 localidades no interior que a equipe da SETRABES tem que ir deixar o vale para aquelas famílias. Então, só esse problema de logística já dificulta muito, eu sei dessas dificuldades. Agora, nós temos que fazer um planejamento, porque eu vou dizer aqui o que eu ouvi dos moradores lá da região do Murupu, especificamente do pólo I, II, III e IV. Ouvimos muito no rádio, vemos muitas matérias que o governo atende muito a parte do sul. "Todo final de semana vocês estão no sul do Estado, levando benefício para o pessoal do sul: Rorainópolis, São João da Baliza, Caroebe, e aparte do norte é mais desassistida". Com certa razão tive que concordar com eles. Algum tempo atrás, eu fiz um pedido nesta Tribuna, para que se fizesse caravana da cidadania também no norte do Estado: Pacaraima, Bonfim, Normandia, Amajari, porque, quando a gente visita lá, eles pedem, existem essa necessidade também de atender o norte do Estado com a caravana da cidadania, levando saúde, cidadania para aquelas pessoas. Eu quero aqui, mais uma vez, reivindicar do Governo do Estado essas caravanas de cidadania, pois não custam tanto. Eu fiz uma pesquisa, custa mais ou menos, com a logística, trinta e poucos mil reais efetivamente. Lógico que

a gente sabe que existe um custo bem maior, mas como os médicos já são da saúde e não se precisa contratar, basta pagar uma diária. Então, existe um custo, mas o custo médio de uma ação dessas é trinta e poucos mil reais. Então, para o grande resultado que ela dá se torna um valor pequeno. Quero, mais uma vez, aqui, pedir atenção especial do Governo do Estado, principalmente nessas ações para o norte do nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Deputado **Damosiel,** agradeço o aparte de Vossa Excelência. Quero lhe parabenizar pela sua fala e da preocupação que Vossa Excelência traz aqui, preocupação essa que deixa a gente triste. Queria acrescentar uma observação à fala de Vossa Excelência. Visito muito a área do Murupu, Truaru, a PA Nova Amazônia. Deste o começo, eu disse que é um crime, uma violência contra o ser humano querer fazer reforma agrária naquele lavrado, sem investimento, sem tecnologia, sem modernidade. Digo a Vossa Excelência, a fragilidade dos nossos produtores ali naquela região, se não fosse o vale - solidário, pró-custeio, a bolsa-família, talvez estivesse passando fome. Não é porque são preguiçosos não, é porque a terra não dar condições de se trabalhar. Não adianta querer fazer reforma agrária, quem não sabe o que é reforma agrária; não adianta mexer com o produtor, quem não sabe o que é o produtor. Às vezes o pai de família vai parar ali, vende as suas economias aqui na capital, apostando que lá poderia dar certo. Quando chega lá, é uma terra fraca, arenosa que não tem a mínima condição de produzir. Fico triste de ver tantas famílias ali passando muitas dificuldades e nós teríamos que fazer alguma coisa para que pudesse amenizar o sofrimento dessas pessoas. É triste, é doido você ver um pai de família que estar acuado sem saber o que fazer. Eu converso muito com o Deputado **Tião.** A gente que é da roça, sempre fica comentando sobre a nossa agricultura. É difícil, às vezes, a gente ver pessoas que não têm vocação nenhuma, mas apostando que poderia dar certo. Às vezes pega toda sua família e coloca numa situação daquela.

Queria fazer mais uma observação à fala de Vossa Excelência, por questão de justiça. Vossa Excelência tem se debruçado, trabalhado, corrido atrás, busca a melhor forma de aplicação da lei para o beneficiamento de todo efetivo da Polícia Militar. Tenho acompanhado, passo a passo, a ginástica que Vossa Excelência tem feito para a gente melhorar a mensagem governamental, a lei que está aí para ser votada.

Queria parabenizar Vossa Excelência por questão de justiça. Obrigado.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. – Também, por uma questão de justiça, Deputado, Vossa Excelência é o relator dessa matéria e eu queria dizer, de público, também, do seu empenho e esforço, das suas andanças, para adequar e melhorar esse projeto e que não tem nada a ver, que ninguém aqui está segurando projeto nenhum, até porque nós, há quase um mês, não votamos nada aqui. Não é por falta de nada, é por falta da votação do Veto da LDO.

Quero dizer Deputado, também, quanto à reforma agrária, embora entenda muito pouco, Vossa Excelência e alguns Deputados como **Célio Wanderley, Tião Portella,** que conhecem um pouco mais do campo, mas não quer dizer que, por não sermos do campo, também não nos sensibilizemos com o sofrimento do pessoal do campo. Entendo que reforma agrária não é pegar e jogar a família dentro de um pedaço de terra. Se não tiver uma assistência técnica, um acompanhamento para essas pessoas pegar um empréstimo para investir na terra, essa família acaba voltando para os bolsões do desemprego na cidade grande, como acontece aqui em Boa Vista e em todos os Estados.

De forma que encerro hoje agradecendo, Senhor Presidente, mais uma vez, a todos que me apartearam e pedir que as taquigrafas incluam esses apartes ao meu pronunciamento. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio –** Bom-dia a todos. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, gostaria de comentar o Projeto de Lei nº 043, que dispõe sobre a política fundiária do Estado de Roraima. Hoje vamos iniciar, Deputado **Chicão da Silveira,** as audiências públicas, em primeiro lugar para que possa nos ser apresentada essa lei pelos órgãos do Governo do Estado, com melhor detalhamento, para que nós mesmos da Assembleia Legislativa possamos entender melhor esta lei que considero, talvez, a lei mais importante nos últimos anos que deu entrada nesta Casa.

Essa lei irá fazer todo ordenamento fundiário do Estado. A partir da aprovação dessa lei nesta Casa, as pessoas terão oportunidade, enfim, de ter o seu título definitivo, de poder ir aos agentes financeiros fazer a capitação dos recursos e poder desenvolver suas atividades agrícolas, criando, aí sim, uma base sólida de desenvolvimento neste Estado, porque Estado nenhum se desenvolve sem o desenvolvimento do seu setor primário, sem as regras claras que o seu setor primário tem que ter, principalmente na questão da regularização fundiária. Todos nós sabemos que este Estado padece, há muito tempo, com essa falta de titulação, a despeito de todos os Governos terem lutado por isso. Desde a instalação do Estado em 1990, todos os Governadores que passaram tentaram conseguir que as terras da União fossem transferidas para o Estado e, a partir daí, o Estado pudesse realmente titular as terras e entregá-las aos produtores rurais para que essas famílias pudessem ter sua tranquilidade, seu patrimônio resguardado, terem seus investimentos reconhecidos, para que possam se desenvolver, ajudando o Estado, com certeza, a se desenvolver também. Então, desde já queríamos fazer um convite às pessoas que estão nos visitando hoje, à comunidade roraimense como um todo e aos Deputados que pudessem estar hoje, a partir das três horas, para que pudéssemos iniciar as discussões a respeito da nossa política fundiária rural.

Dando uma breve lida nessa legislação, acreditamos que a lei é boa. Realmente foi estudada profundamente pelos técnicos do Governo, pela Procuradoria do Estado. Mas, precisamos analisar agora sem pressa. Isso diz respeito à vida de todo mundo. Precisamos discutir com a sociedade, em audiências públicas, se essa lei é uma lei que vem atender aos anseios da população roraimense. Precisamos discutir o valor da VTN, que é o Valor da Terra Nua. Se os produtores que estão assentados têm condições de pagar, de acordo com aquilo que determina a lei. No meu entendimento, isso está meio confuso ainda. É preciso ter mais clareza e ser mais explícito quanto se vai pagar pela terra. Essas discussões iniciam hoje. Então, convido todos os roraimenses que queiram participar, para que possam realmente está conosco nessa discussão.

Concedo um aparte ao Deputado **Chicão da Silveira.**

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão Silveira –** Deputado **Ionilson,** parabéns a Vossa Excelência pela sua fala agora pela manhã, sobre a importância da consolidação deste Estado nosso, para sair da virtualidade e para a consolidação. Às vezes, Deputado **Ionilson,** a gente que vive no meio rural junto com os produtores e nos achamos muitas vezes impotentes em resolver algumas questões. Precisamos fomentar a economia desse Estado em regime de urgência urgentíssima, pois a situação no Estado de Roraima está ficando difícil em todos os segmentos. Eu tenho a certeza absoluta que Vossa Excelência, na qualidade de Relator, não tenho dúvida de sua competência e dedicação em analisar uma das leis mais importantes que talvez tramitem no Poder Legislativo. Por causa do tempo, nós não podemos atropelar essa lei, porque ela vai vir para ficar. O ordenamento desse Estado passa pela aprovação dessa lei. Então, para que nós não cometamos erros, vamos ouvir todos os seguimentos organizados para que possam ter uma participação ativa, com suas opiniões, com as adequações, para melhorar essa lei. Sem dúvida nenhuma, é de grande importância, veio numa boa hora. Mas, eu queria, aqui, pedir a Vossa Excelência que nós tenhamos a preocupação com o tempo, mas que não deixemos o tempo nos atropelar. Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Muito obrigado, Deputado **Chicão da Silveira**. Essa é a nossa preocupação mesmo. Na ânsia de querer fazer aquilo que há tanto tempo a gente espera, a gente não pode aprovar, sem um estudo mais minucioso e sem o cuidado que essa legislação precisa ter. A pressa, nesse caso, pode ser inimiga da perfeição, como foi o caso do nosso ZE. Nós já temos exemplos nesta Casa, pois aprovamos a Lei de Zoneamento e acabou que ele está em compasso de espera, porque o CONAMA não aceitou o Zoneamento da maneira como foi feito. Nós poderíamos ter discutido melhor a Lei de Zoneamento, poderíamos ter discutido melhor as peças técnicas que iam compor o Zoneamento com muito mais chance de ser aprovada no CONAMA do que foi da maneira como nós fizemos o Zoneamento, o que acabou não resultando em nada. Inclusive essa legislação aqui, no meu entendimento, seria uma legislação que teria que vir depois do Zoneamento. Mas, como o Zoneamento não ficou pronto, nós estamos nos antecipando e o Governo, felizmente, enviou a nossa política de regularização fundiária para esta Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Deputado **Ionilson Sampaio**, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, louvo o pronunciamento de Vossa Excelência. O Deputado **Chicão da Silveira** usou uma expressão aqui que, inclusive, permita-me, Deputado **Chicão da Silveira**, vou plagiá-la a partir de agora: nós vamos sair da virtualidade para tentar construir um Estado real. Mas, eu disse já na nossa reunião interna da Comissão que esse, talvez seja, não desmerecendo o trabalho da Assembleia Legislativa, que sempre foi virtuoso, substancioso, foi um trabalho profícuo ao longo desses anos, produzindo leis, aprovando legislação para beneficiar o Estado e o povo roraimense, mas nesse momento que estamos vivendo, talvez seja essa a mais importante das leis aprovadas por este Parlamento. Vamos estabelecer, através desta Lei, critérios para que, realmente, o nosso solo seja partilhado entre as pessoas e essas pessoas possam ser seus títulos, ter segurança jurídica. O direito à propriedade é um direito sagrado, é um direito que os países mais sérios do planeta têm como direito maior, direito primordial, é o direito à propriedade. Nós temos essa responsabilidade de fazer um bom debate e por isso que louvo, mais uma vez, a decisão da Comissão, em trazer hoje, aqui, para o Parlamento uma Audiência Pública. Que essa Lei seja feita por várias mãos, com a participação da sociedade. Que ela não tenha só o interesse do Executivo, que ela não tenha só o interesse do Legislativo, mas que ela tenha o sal para temperar essa Lei vindo da sociedade, vindo do povo. Ainda quero dizer que também já fiz alguma leitura na legislação e, a meu ver, ao meu sentir, não sendo especialista nesta área, eu também avalio a lei como boa, uma lei bem construída, uma lei bem proposta. Temos ainda que esclarecer determinados pontos, que eu destaco um, Deputada **Aurelina Medeiros**, o valor da nossa terra. Nós temos que construir aqui um valor, um parâmetro que seja básico, que seja referência da terra nua, não deixar isso aberto, pois lembro que naquelas variáveis que compõem a fórmula para o preço final

do terreno há oito variáveis que serão estabelecidas, que serão regulamentadas por Decreto Governamental. Acho que a Assembleia Legislativa não pode, mesmo aceitando a forma como positiva, deixar que seja decidido tudo lá, nós temos que estabelecer aqui, pelo menos, um parâmetro primeiro que sirva de referência para chegar a um preço final e a um preço que a sociedade possa pagar, que a sociedade possa se regularizar. Então, recai sobre nós, Deputado **Ionilson Sampaio**, uma responsabilidade muito grande e nós temos que fazer essa Lei dentro do melhor que nós pudermos, juntamente com a sociedade. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – É verdade, Deputado **Flamarion Portela**. Em primeiro lugar, ao analisarmos essa Lei da qual a Deputada **Aurelina Medeiros** é presidente da Comissão, nós estamos na relatoria, temos que ter o cuidado, também, de evitar especulação com o próprio latifúndio, vamos dizer assim, especulação imobiliária em cima dessas terras. A gente tem que ver um mecanismo no qual a gente possa prever isso, para dificultar alguns possíveis aproveitadores disso e, a gente tem que ver, realmente, essa questão da VTN. A gente também não pode colocar aqui nessa lei, no meu entendimento, um preço vil que pode ser, inclusive, questionado pelo Ministério Público. Mas, ao mesmo tempo, não podemos criar uma VTN que o produtor não possa pagar sua terra. Essa política de redução que vem na lei dos fatores de redução, sem dúvida nenhuma, creio que seja extremamente positiva, mas, o Deputado **Flamarion Portela** tem razão, esses fatores de redução vão ser utilizados em que parâmetro? Qual o parâmetro que nos iremos utilizar para criarmos esses fatores de redução? Então, a discussão está iniciada. Creio que será extremamente positiva e, com certeza, a Assembleia Legislativa não vai pecar em querer aprovar essa lei de forma apressada. Todos os Deputados entendem que a lei é de extrema importância para o Estado, mas a gente precisa, realmente, discutir ela com calma e cautela.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, concordo com Vossa Excelência. Passei esse fim de semana analisando a lei. Mesmo tendo participado da discussão, após a elaboração pelo ITERAIMA, se criou uma Comissão e a Assembleia Legislativa foi convidada a participar. Por isso acompanhei de perto. Diante do que estava e diante do que é a Lei fundiária do Governo Federal, acho que a nossa está bastante concisa, bem direta. Foi até interessante o Senhor colocar a questão do valor da terra nua, porque eu contestei também, terminou a reunião eu dizendo: "Olhem, eu sou burra, não entendi nada". Ainda vou verificar se está determinado por Decreto, porque pode ter sido um erro, porque eu até deixei, sugeri isso, já que não vamos fixar o valor da terra nua, agora, vamos deixar que seja feito pelo menos em Decreto, para não ter que se fazer outra lei voltar para a Assembleia Legislativa. Mas, a posição do Governador, na última discussão, foi que já ficasse isso definido em lei. Os valores iniciais para a terra nua são os parâmetros do INCRA, porque o INCRA tem valores para pequeno, médio e grande nível de produtores. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Tião Portella** – Deputado **Ionilson Sampaio**, quero parabenizá-lo pelo discurso muito produtivo. O que mais me traz certa desconfiança e não consigo entender, é a questão da preservação. Antigamente, há alguns anos você foi autorizado pelo Governo Federal a usar a sua terra até 50%. Dizem que a lei não retroage para prejudicar e sim para ajudar. Agora, a lei veio para 20% aí quem derrubou 50% está correndo da sala para a cozinha. Existe uma série de discussões a respeito dessa situação. Eu li um pouco rápido as duas leis e não achei muita coisa falando sobre isso. Acho que nós temos que nos preocupar muito sobre isso, até porque as nossas terras aqui na Amazônia são um tanto quanto diferentes de outros Estados. Até em uma área, Deputado **Ionilson Sampaio**, o Senhor que é também da área, embora cirurgião dentista, mas eu conheço há muitos anos o Senhor e o seu irmão, Prefeito **Iradilson,** e sei que vocês são muito ligados a terra e os Senhores conhecem muito bem. Vossa Excelência que possui uma área de terra sabe que até em uma pequena propriedade de cem hectares a terra muda de um lado para o outro. Em cem hectares, ás vezes, se tem três tipos de terra. Então, acho que temos que tomar outros exemplos, exemplos até muito recentes como em Santa Catarina, onde ela fez a própria lei estadual. Não temos que nos preocupar muito, acho eu, com a Lei Federal em cima dessa situação e sim estudar bem, colocar nesta lei estadual mecanismos que nos dê o direito de derrubar esses 50%.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. – Deputados, essa questão de discutir, vamos dizer, se tem mais ou menos área aproveitável ou não, isso tem que ficar definido não nessa lei, seria no nosso zoneamento. Essa discussão a gente pretende colocar no nosso zoneamento, a regularização até 50% das áreas, quando em área de mata. É por isso que digo que nos estamos atrasados em relação a essa discussão. Agora, para encerrar, tenho um documento do Ministério Público onde está criando, junto com a FEMACT, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tepequém, a RDS do Tepequém. A gente avança por um lado com a nossa regularização fundiária na legislação, mas, por outro lado, tenta se criar uma RDS no Tepequém e a Legislação diz que uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável é área de domínio público. Portanto, aquelas pessoas que tiverem dentro da RDS não poderão receber seus títulos definitivos. Segundo o documento que tenho em minhas mãos do Ministério Público, pretende-se, ainda, incluir a própria sede do Município do Amajari, como parte componente da RDS. Está feito o alerta. Essa discussão tem que ser aprofundada, porque, se não cuidarmos, teremos mais uma reserva, mais uma área de proteção. Não que estejamos defendendo a degradação do Tepequém, mas aqueles moradores que lá estão, estarão, praticamente, impedidos de se desenvolver. Muito obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Não havendo mais nenhum Deputado inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia: discussão e votação em turno único da Mensagem Governamental nº 034/09, de veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 03/09, que "Dispõe sobre a regulamentação das atribuições e requisitos dos cargos de provimento efetivo e em comissão do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Roraima, constante da Lei Complementar Estadual nº 142, de 29/12/08, e dá outras providências"; Mensagem Governamental nº 037/09, de Veto parcial ao Projeto de Lei nº 023/09, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010 e dá outras providências"; Projeto de Lei nº 037/09, que "Proíbe o consumo de cigarro, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica, e cria ambientes de uso coletivo livres de tabaco", de autoria da Deputada **Marília Pinto**; Projeto de Lei nº 045/08, que "Dispõe sobre a doação de produtos apreendidos no Estado de Roraima, nos termos que especifica", de autoria da Deputada **Socorro Simões**.

Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à leitura da Mensagem Governamental nº 037/09, bem como, do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – (Lido a Mensagem e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Senhoras e Senhores Deputados, quero informá-los que o Veto foi aposto pelo Governo do Estado em três itens, que nós poderemos votar individualmente, item por item, ou poderemos votar todos de uma só vez. A sugestão da Mesa, para clarear os atos e a decisão dos Senhores Deputados, é que possamos votar item a item. São três itens e já há um acordo com a liderança do Governo de mantermos um veto e derrubarmos dois. Isso só será possível se votarmos item a item. Então, essa é a decisão que transfiro para o Plenário neste momento. As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam com o voto item a item permaneçam como estão. Decidido, então, pela votação item a item.

Coloco em discussão a Mensagem Governamental nº 037/09, de Veto parcial ao Projeto de Lei nº 023/09, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010 e dá outras providências".

Senhores Deputados, o primeiro Veto a ser votado, de acordo com a Mensagem de Veto Governamental, afigura-se no artigo 11, parágrafo 2º, que está em desacordo com os recursos aplicados na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esse será o primeiro Veto a ser votado. A Votação será Secreta. Votando "sim", os Senhores Deputados dirão sim ao Veto, mantendo-o. E, votando "não", os Deputados estarão derrubando-o.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que faça à chamada dos Senhores Deputados para a votação secreta.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Convido os Senhores Deputados **Naldo da Loteria** e Sargento **Damosiel** para atuarem como escrutinadores.

Dou por derrubado o Veto por 02 votos favoráveis e 10 contrários.

Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação secreta do segundo item. Trata-se da inclusão do parágrafo 4º ao artigo 23, segundo o qual, durante a execução orçamentária de 2010, ocorrendo aumento de receita superior à estimada, ou se houver excesso de arrecadação, deverá suplementar o Orçamento dos Poderes. A Votação será Secreta, votando "sim", os Senhores Deputados acatam o Veto, mantendo-o. E, votando "não", os Deputados estarão derrubando-o.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Convido os Senhores Deputados **Naldo da Loteria** e Sargento **Damosiel** para atuarem como escrutinadores.

Dou por mantido o Veto por 16 votos favoráveis e 05 contrários.

Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação secreta do terceiro item ao artigo 55, que trata das despesas totais. A Votação será Secreta: votando "sim", os Senhores Deputados dirão sim ao Veto, mantendo-o. E, votando "não", os Deputados estarão derrubando-o.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Convido os Senhores Deputados **Ivo Som** e **Remídio Monai** para atuarem como escrutinadores.

Dou por derrubado o Veto por 01 voto favorável e 20 contrários.

Suspendo a Sessão por cinco minutos, para que possamos fazer um acordo com a líder do Governo, para que a gente possa continuar votando o Veto para destravar a pauta.

Suspensa a Sessão.

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) –** Coloco em discussão e votação, em turno único, a Mensagem Governamental nº 034/09.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura da referida Mensagem, bem como, do parecer da Comissão de Justiça.

A Senhora Primeira Secretária **(Marília Pinto) –** (Lida a Mensagem Governamental nº 034/09, bem como o Parecer da Comissão de Justiça).

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) –** Coloco em discussão a Mensagem Governamental nº 034/09.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, já há consenso entre o Tribunal de Justiça e o Executivo. Portanto, o veto visa apenas corrigir um engano na lei, porque o que consta na matéria vetada já consta numa lei anterior do Tribunal. Houve uma duplicidade. E como a lei que nós aprovamos não prevê a revogação da outra, se derrubarmos o Veto, tornaremos a outra lei ilegal. Então, a manutenção do Veto é reconhecida pelo Tribunal e pelo Executivo e visa regulamentar a matéria. Por isso, a nossa orientação é pela manutenção do veto.

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) -** Continua em discussão. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir, coloco a matéria em votação. A votação será secreta. Esclarecemos aos Senhores Deputados que, de acordo com o Inciso X, do artigo 233 e Parágrafo 5º da Constituição Estadual, informamos ainda que, conforme o parágrafo 4º do artigo 66 da Constituição Federal, o veto só poderá ser rejeitado pelo voto contrário da maioria absoluta dos Senhores Deputados. Votando sim, os Senhores Deputados acatam o veto e votando não, rejeitam-no.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

A Senhora Primeira Secretária **(Marília Pinto) -** (Procedida à chamada).

O Senhor Presidente **(Chico Guerra) –** Convido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** e Deputado **Flávio Chaves** para atuarem como escrutinadores.

Dou por mantido o Veto parcial ao Projeto de Lei nº 023/09, por dezesseis votos favoráveis e uma abstenção.

Ficam retirados de pauta os Projetos de Lei nº 037/09 e 045/08.

Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à leitura de Requerimento do Diretor-Geral do SINTER, requerendo a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, para tratar da questão da educação pública no Estado de Roraima.

A Senhora Primeira Secretária **(Marília Pinto) – (**Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) -** Coloco em discussão o Requerimento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede uma Questão de Ordem: Senhor Presidente, gostaria que esclarecesse se a audiência será realizada na comissão.

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) –** A audiência será realizada na Comissão de Educação.

O Senhor Deputado **Flávio Chaves** pede uma Questão de Ordem – A audiência será na comissão, mas os 24 Deputados podem fazer parte da discussão, por se tratar de uma Audiência Pública.

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) –** Todos os Deputados têm direito a voz. Só não tem direito a voto os que não são da Comissão.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio -** Como Presidente da Comissão, eu acho que nós já deveríamos ter feito essa Audiência Pública, para ouvir os professores. Eu não vejo razão nenhuma para que nós não possamos marcar uma Audiência e ouvirmos o que eles têm a dizer, para, assim, nos posicionarmos em relação à greve.

Eu conclamo os Deputados que aprovem o requerimento dos professores.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, só para esclarecer. Lá nós não vamos deliberar nada. O nosso objetivo é ouvir os professores. Eles vão trazer posições, com certeza, alguns questionamentos, e alguns números principalmente com relação aos gastos do FUNDEB. Vamos ouvi-los e, a partir daí, buscar esclarecimentos junto ao Executivo, esclarecimentos pelos dados que porventura venham a ser apresentados na Comissão. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) –** Eu gostaria de sugerir ao Presidente da Comissão, caso seja aprovado o Requerimento, que sejam convidados os outros segmentos para participar.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, desde o terceiro dia de greve que eu ocupei a Tribuna, por duas ou três oportunidades, apelando a Comissão de Educação para que tentasse conduzir as negociações. Fui portador de um Requerimento do Presidente do Sindicato a essa Casa no terceiro dia de greve pedindo que a Assembleia Legislativa mediasse essas discussões, que tentasse abrir um espaço para discutir com o Poder Executivo. Essas discussões já ocorreram e foram exaustivas. Então, eu vou votar a favor do Requerimento, porque é um princípio meu achar que tem que haver quorum para essas discussões e a Assembleia Legislativa não pode ficar fora. Mas, entendo que já deveria ter ocorrido. A Comissão de Educação tem, pelo Regimento, poderes para convocar, independentemente de ter que vir ao Plenário para discussão e votação. Portanto, eu vou votar a favor, mas é uma providência que já deveria ter acontecido.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Nós vamos votar um Requerimento sem necessidade alguma, porque o Presidente da Comissão da Assembleia Legislativa tem as prerrogativas necessárias para prover audiências públicas com os professores ou qualquer instituição voltada à classe.

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) –** Como a Mesa Diretora procura ouvir os Senhores Deputados, colocou para a apreciação do Plenário esse Requerimento, apesar de não haver necessidade.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel –** Eu quero concordar aqui com os Deputados **Erci de Moraes** e **Ionilson**, porque eu acho que essa Audiência veio tarde. Eu quero dizer que não pode faltar nessa Audiência os Secretários de Educação, Planejamento e da Fazenda.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** - Toda discussão é salutar e quando é para buscar o entendimento e um bom acordo. Mas, qualquer decisão nossa foge do nosso alcance, porque está na esfera judicial. Nós dependemos totalmente de uma Mensagem Governamental para que possamos interferir nisso ai. É bom que fique registrado isso, para que não sejamos responsabilizados por não termos resolvido à greve dos professores.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Eu tenho conhecimento de que a Comissão de Educação desta Casa já se reuniu três vezes com os professores. Eu só quero uma coisa é que tenha muita clareza, porque se a Comissão já se reuniu com os professores, não haveria necessidade de o Plenário votar. A segunda questão é que haja a clareza de que os Poderes são independentes entre si, que a gente não seja, como todas às vezes, vítima de gritos e de descasos, porque a gente não tem competência para atuar nessa questão e que tenha clareza de que as pautas de negociações que estão ocorrendo já têm posicionamentos firmados e discussão com o Legislativo e Executivo, porque aqui, mesmo quando a gente procura se pronunciar não há um respeito dos assistentes com relação à posição desta Casa. Então, eu gostaria que a Assembléia não se submetesse a isso porque nós entendemos que as pessoas têm que ter o alcance até onde vai o nosso poder de solução das questões. Agora, é bem-vinda a discussão sobre o conhecimento da situação da educação. Nós não temos posicionamentos contrários a ninguém; e sim posicionamento favorável ao conhecimento das possibilidades do Estado e ao conhecimento de saber que nem tudo se pode, e ao conhecimento de saber até onde podemos ir.

A Senhora Deputada **Marília Pinto** – Eu não sei exatamente qual é o foco dessa antecipação de decisão de o que cabe ou não a nós, porque eu quero dizer aos senhores educadores que eu faço parte da Comissão de Educação e eu nunca, até a presente data, fui comunicada de que tenha havido uma reunião oficial com a Comissão de Educação. Eu nunca participei e nem fui chamada. Portanto, eu acredito que esse é o primeiro momento durante esse tempo de que os educadores procuram a Comissão, oficialmente, para que se possa travar uma discussão. Tenho certeza que se a solicitação tivesse vindo oficialmente à Comissão, o Presidente teria nos convocado. Portanto, eu acho importante que participemos, o mais rápido possível, dessa discussão com os Senhores. E, como já está se prolongando bastante esse período de greve, eu gostaria de pedir aos Senhores que, o mais rápido possível, encaminhassem todos os dados que os Senhores têm em mãos para os membros da Comissão e para os Deputados, para que no dia da Audiência Pública a gente já tenha tido tempo de ler esses dados e estudar essas informações para que a nossa Audiência seja mais profícua.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio –** Eu e o Deputado **Chico Guerra**, Deputada **Marília Pinto,** recebemos os professores no dia que eles vieram fazer uma reivindicação. Quanto aos documentos, eles já nos enviaram, inclusive, já falei aqui no Plenário que estávamos de posse dos documentos e estão disponíveis na Comissão, há mais ou menos um mês. Agora, eu não sei se Vossa Excelência não estava presente no dia. Não houve nenhuma reunião oficial.

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) –** Como não houve nenhum dos Senhores Deputados que se pronunciasse contrário ao requerimento, faremos à votação simbólica.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito ao setor compete que encaminhe a Comissão de Educação para as providências devidas.

Passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jalser Renier –** Convido os Senhores Deputados **Rodolfo Braga**, **Flamarion Portela**, **Tião Portella**, **Chicão da Silveira**, **Flávio Chaves** e **Zé Reinaldo** para uma reunião da Comissão de Justiça, após a Sessão plenária.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Eu queria deixar registrado, nos Anais desta Casa, as minhas felicitações e o meu carinho ao repórter **Platão Arantes,** que ontem completou mais um ano de vida.

O Senhor **Leonídio Laia –** Senhor Presidente, dei entrada em um requerimento há mais de seis meses nesta Casa, convidando o Presidente da CAER e o Secretário de Obras Municipal para dar explicações com relação à rede de esgoto do bairro Jardim Primavera, Santa Teresa e do Pintolândia.

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) –** Deputados, nós estamos realmente com a agenda estourada para este tipo de Sessão, que é realizada geralmente pela parte da tarde. Nós vamos reiterar ao Presidente da CAER, que se disponha a uma data, o mais próxima possível, para que possamos ouvi-lo.

O Senhor Deputado **Ivo Som –** Eu queria agradecer a população que contribuiu com a sua presença no desfile 07 de setembro, ontem na avenida, onde estiveram mais de trinta mil pessoas, inclusive o desfile dos deficientes, que chamaram muita atenção do público. Gostaria de parabenizar a sociedade roraimense por participar desse dia tão importante. Gostaria também de parabenizar o Governador **Anchieta Junior** que teve suas contas aprovadas pelo TCE.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Só para lembrar aos membros da Comissão do Meio Ambiente e de Terras que, às 15h, nós temos a reunião para apresentação dos dois Projetos e gostaríamos de contar, não só com a presença dos membros da Comissão, como também, de todos os Senhores Deputados.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel –** Eu queria parabenizar os nossos funcionários que completaram mais uma data natalícia, entre eles **Platão Arantes,** que é o nosso fotógrafo; o doutor **João de Carvalho,** que é o nosso apoio aqui na Assembleia Legislativa e o doutor **Francisco Guimarães,** nosso Assessor Jurídico.

O Senhor Presidente **(Mecias de Jesus) -** E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 09, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Erci de Moraes, Flávio Chaves, Flamarion Portela, Ivo Som, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Laia, Lúcia Peixoto, Marcelo Cabral, Marília Pinto, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodolfo Braga, Ronaldo Trajano, Sargento Damosiel, Socorro Simões e Tião Portella.**

Aprovada Ata Sucinta em: 09/09/09

ATAS COMISSÕES

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N.º 022/2009, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2009

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, às quinze horas e trinta minutos, no Plenarinho desta Casa Parlamentar, cito à Casa Paulo VI, sede provisória do Poder Legislativo, Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, bairro Calungá, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada através da Resolução n.º 022/2009, destinada para, nos termos do Regimento Interno, analisar e dar parecer ao **Projeto de Lei Complementar nº 010/09,** de autoria Governamental, que "Cria o Programa Roraimense de Regularização Ambiental Rural-RR SUSTENTÁVEL, disciplina as etapas do Processo de Licenciamento Ambiental de Imóveis Rurais, e dá outras providências". Composta pelos Senhores Parlamentares **Célio Wanderley, Flávio Chaves, Aurelina Medeiros, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Remídio Monai** e **Rodolfo Braga. ABERTURA:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente **Célio Wanderley**, ao declarar aberta a reunião, registrou a presença dos Senhores Deputados **Erci de Moraes, Flamarion Portela, Remídio Monai, Aurelina Medeiros e ausência do Senhor deputado Rodolfo Braga**. Prosseguindo, após o exame da Ata da reunião anterior, solicitou à Secretária proceder à leitura da mesma. A requerimento do Senhor Deputado **Flamarion Portela**, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão**.** Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente informou aos presentes, que a reunião foi convocada para ouvir considerações das Classes de Produtores Rurais ali representadas, como: COPERCARNE, Grão Norte, Instituto Florestal do Estado, também o Advogado Luis Fernando, para juntamente com os Senhores Parlamentares discutirem os pontos do projeto de interesse para Classe. Após agradecer a presença de todos, o Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley esclareceu que o Advogado Luis Fernando, a pedido do Relator da Comissão Deputado Erci de Moraes, faria uma apresentação da Proposta, com sugestões de alteração, ao mesmo tempo, explicaria artigo por artigo. Com a palavra o Senhor Luis Fernando explanou através do Data-Show as proposta de mudanças. Após a demonstração da nova proposta, o Senhor Luis Fernando foi questionado sobre diversos pontos da proposta pelos Senhores Parlamentares, bem como pelos produtores rurais presentes. Seguindo o Senhor Presidente Deputado Célio Wanderley explicou aos participantes que a Comissão estava aberta para receber propostas e sugestões que deverão ser encaminhadas para Comissão o mais breve possível. Após todas as considerações e ponderações dos membros da Comissão, o Senhor Presidente registrou a presença dos Parlamentares: Deputado Tião Portella, Socorro Simões, Leonildo Laia e Ionilson Sampaio que, mesmo não sendo membros desta Comissão, estavam participando efetivamente nos seus trabalhos, e então convocou os membros da Comissão para o próximo dia 16 de setembro para analisar os pontos discutidos nessa data bem como apresentar Emendas necessárias, e o que ocorrer **Encerramento**: Dezenove horas e quinze minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença dos Senhores Parlamentares e membros da Comissão E, para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado **Célio Wanderley**
Presidente da Comissão
Aprovada em: 16/09/09

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N.º 022/2009, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009.

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, às dezessete horas e dez minutos, no Plenário desta Casa Parlamentar, cito à Casa Paulo VI, sede provisória do Poder Legislativo, Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, bairro Calungá, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada através da Resolução n.º 022/2009, destinada para, nos termos do Regimento Interno, analisar e dar parecer ao **Projeto de Lei Complementar nº 010/09,** de autoria Governamental, que **"Cria o Programa Roraimense de Regularização Ambiental Rural-RR SUSTENTÁVEL, disciplina as etapas do Processo de Licenciamento Ambiental de Imóveis Rurais, e dá outras providências"**. Composta pelos Senhores Parlamentares **Célio Wanderley, Flávio Chaves, Aurelina Medeiros, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Remídio Monai** e **Rodolfo Braga.**. **ABERTURA:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente **Célio Wanderley**, ao declarar aberta a reunião, registrou a presença dos Senhores Deputados **Erci de Moraes, Flamarion Portela, Remídio Monai, Aurelina Medeiros e ausência do Senhor deputado Rodolfo Braga**. Prosseguindo, ao constatar Ata da reunião anterior, solicitou à Secretária proceder à leitura da mesma. A requerimento do Senhor Deputado Flávio **Chaves**, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão**.** ORDEM DO DIA: Dando continuidade, o Senhor Presidente constatou, na Ordem do Dia, **Parecer ao Projeto de Lei Complementar N° 010/09**, de autoria Governamental, que, para a deliberar a matéria, solicitou ao Senhor Relator Erci de Moraes proceder à leitura do seu Parecer, porém, antes de iniciar a leitura, o Senhor Relator informou aos membros da Comissão que houve necessidade de adequação ao texto original com Emendas: **Modificativa nº 001/09** ao **Art 2** do **§ 2°** O proprietário ou possuidor de imóvel rural que aderir ao Programa Roraimense de regularização ambiental rural – RR SUSTETÁVEL, no decorrer do prazo fixado no **§1°**, não será autuado pelo passivo ambiental; **Modificativa nº 002/09** ao **Art. 2 § 3°** Para fins de adesão ao Programa Roraimense de regularização ambiental rural – RR SUSTETÁVEL, o proprietário ou possuidor rural deverá requerer à Fundação Estadual do Meio Ambiente Ciência e Tecnologia – FEMACT, a formalização da adesão através de termo de Ajustamento de Conduta – TAC, conforme modelo anexo à presente norma; **Modoficativa nº 003/09** ao **Art. 2 § 4°** O TAC terá, como objeto, fixar prazos de seis meses para o devido cadastramento ambiental rural e, após aprovação do mesmo, prazo equivalente para apresentação de Projetos que visem promover as necessárias correções de suas atividades, mediante as exigências legais impostas pelas autoridades competentes; **Modificativa nº 004/09** ao **Art 2 § 5°** Os projetos Ambientais apresentados, nos prazos do TAC, poderão ser reformulados pelos proponentes e reapreciados pela FEMACT; **Modificativa nº 005/09** ao **Art. 2** § 6° Os prazos, firmados no TAC, poderão ser prorrogados por igual período, reformulados pelos proponentes e reapreciados pela FEMACT; **Modificativa nº 006/09** ao **Art** 5º "*Caput*" e Inciso I e III, passam a ter a seguinte redação: **Art. 5°** Para o cadastramento Ambiental Rural, o Interessado, assistido por responsável técnico, com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, específica, deverá: **Inciso I** -Preencher o formulário com os dados do imóvel rural, área Total da Propriedade e ou Posse (APRT), área de Preservação Permanente (APP), área de Reserva Legal (ARL), área para uso alternativo do solo (AUAS), disponibilizando a imagem digital da propriedade ou posse de suas coordenadas geográficas e memorial descritivo. **Inciso III** – apresentar cópia autenticada dos documentos pessoais do proprietário ou possuidor, do responsável técnico, do comprovante de posse e/ou certidão atualizada da matricula; **Modificativa nº 007/09** ao **§ 1° do Art. 6** passa ter a seguinte redação: **§ 1°** No reconhecimento da posse, para fins de regularização ambiental, será suficiente contar, de forma mansa e pacífica de ocupação, com a demonstração da exteriorização da propriedade, com, no mínimo, um ano e um dia, atestada por autoridade municipal e assinatura dos confinantes da área; **Modificativa nº 008/09** ao **Art.** 8° A FEMACT, no exercício de sua competência de controle, expedirá Licença Ambiental Única (LAU), para fins de planejamento, instalação, operação e regularização de empreendimentos rurais, na qual são indicadas todas as atividades que poderão

ser exploradas na referida posse e/ou propriedade com validade de dez anos; **Modificativa nº 009/09** ao Artigo 9° Aprovado o cadastramento, o proprietário e/ou possuidor de imóvel rural deverá providenciar a localização e averbação da reserva legal, mediante a apresentação dos documentos exigidos no roteiro disponibilizado pela FEMACT, nos seguintes prazos; **Modificativa nº 010/09** ao **§ 2º** O proprietário deverá apresentar à – FEMACT, no prazo de 60 (sessenta) dias, após aprovação da localização da reserva legal, o protocolo da solicitação administrativa visando à efetiva averbação da reserva legal, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, sob pena de suspensão do cadastro, cancelamento da adesão ao Programa Roraimense de Regularização Ambiental Rural – RR SUSTENTAVEL e aplicação das penalidades cabíveis; **Modificativa nº 011/09** ao A alínea b) do **Inciso IV** do **art. 13** passa ter a seguinte redação: b) mediante o depósito, em conta específica do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA, de valor, definido pelo Instituto de Terras e colonização de Roraima – ITERAIMA, correspondente à área de reserva legal degradada, podendo ser parcelado na forma do regulamento, destinando-se estes recursos exclusivamente à regularização de Unidades de Conservação; **Modificativa nº 012/09** ao **Art. 14** O plantio ou reflorestamento com espécies nativas independem de Autorização do órgão ambiental competente. Paragrafo único: O plantio e o reflorestamento de que trata este artigo, para atividades de manejo agro-florestal sustentável, poderão ser efetivados de forma consorciada com espécies exóticas florestais ou agrícolas, observada a legislação aplicável, quando se tratar de área de preservação permanente e de reserva legal; **Modificativa nº013/09** ao **§ 1º** Somente fará jus aos benefícios previstos neste artigo o interessado que aderir ao Programa Roraimense de Regularização Ambiental Rural – RR SUSTENTAVEL, efetuando voluntariamente o cadastro do imóvel rural de sua propriedade ou posse, no prazo de (01) um ano, a contar da publicação desta Lei Complementar. 4º Será considerado rescindido de pleno direito o TAC quando descumprida injustificadamente qualquer de suas cláusulas, cabendo à Procuradoria-Geral da FEMACT a sua execução com o conseqüente cancelamento dos benefícios do Programa Roraimense de Regularização Ambiental Rural – RR SUSTENTAVEL, suspensão automática do licenciamento ambiental e demais autorizações expedidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis; **Modificativa nº014/09** ao **Art.22** Para efeito desta lei, de regularização do passivo ambiental em posse e/ou propriedade rural, a reposição florestal, será efetivada mediante depósito em conta especifica do Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima – FUNDEFER ou plantio pelo próprio produtor. **Supressiva nº 001/09** ao Suprima-se o Inciso IV e os §§ 1°. 2° e 3° do Artigo 5°; **Supressiva nº 002/09** ao Suprima-se o Artigo 18. **Aditiva nº 001/09** ao Adita-se **Art.** após o **8°**, renumerando-se os demais com a seguinte redação: Artigo: O empreendedor deverá apresentar ao órgão ambiental Estadual proposta de recuperação da área de Preservação permanente degradada, a qual priorizará a regeneração natural da vegetação e/ou plantio de espécies nativas; **Aditiva nº 002/09** ao Adita-se **Art.,** após o **15,** com parágrafo único , renumerando-se os demais com a seguinte redação: Artigo: Firmar o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, contemplando as medidas que serão implementadas para sanar o passivo ambiental declarado, e o respectivo cronograma de execução, de acordo com o roteiro aprovado pela FEMACT. Paragrafo único: As medidas relativas à recuperação das áreas de preservação permanente, reserva legal e atividades de uso alternativo do solo deverão ser implementadas a contar da assinatura do respectivo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. Art. Firmado o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, com a devida publicidade, será concedida a Licença Ambiental Única – LAU - pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima – FEMACT; **Aditiva nº 003/09** ao **Art. 21** Os proprietário ou possuidores rurais que aderirem a este Programa estarão isentos das taxas administrativas para fins de regularização ambiental junto à Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima – FEMACT. **Aditiva nº 004/09 ao Adita-se os** §§ ao Artigo 22 c**om as seguintes redações** §1º **Ficam estabelecidos a densidade de 50,00 m³ de madeira por hectare desmatado em florestas e o valor de uma UFERR por m³, para fins de pagamento de reposição florestal prevista no "caput"** ***§2º O pagamento será efetuado à vista ou a prazo, e, neste caso, em parcelas anuais e sucessivas, amortizadas em 05 (cinco) anos, corrigidas e atualizadas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preço – IGP, ou outro índice que vier a substituí-lo;§3º O prazo de carência para pagamento da primeira parcela é de 01 (um) ano a partir da emissão da Licença Ambiental Única (LAU);§4º O proprietário e/ou possuidor rural poderá desonerar-se de pagamento, executando a reposição florestal por meio de plantio de espécies, preferencialmente nativas;§5º O proprietário e/ou possuidor rural que optar pelo pagamento em moeda corrente deverá efetuá-lo em favor do Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de*** Roraima – FUNDEFER. **Aditiva nº 005/09** *Artigo: E vedado à FEMACT a transferência de responsabilidades ou atribuições de sua competência para qualquer outro órgão ambiental, do Sistema SISNAMA, ressalvado, quando autorizado pelo Legislativo estadual mediante lei Especifica*. Paragrafo único: Ficam revogados quaisquer instrumentos de cooperação que tenham sido firmados pela FEMACT, que sejam alcançados pela norma do caput deste artigo. **Aditiva nº 006/09** ao Artigo: O TAC previsto nesta norma deverá ser firmado pela FEMACT no prazo de até trinta dias, após seu requerimento, pelo interessado, sob pena de ser considerado ajustado, nos termos propostos. Art. É parte integrante da presente lei o texto modelo de TAC Art. É parte integrante da presente lei o texto modelo de TAC; **Aditiva nº 007/09 ao Art. 23 Poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e atividades similares e vizinhos ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão governamental competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades. Art. 24 Deverão ser estabelecidos, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima – FEMACT, critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental, visando a melhoria contínua e o aprimoramento do desempenho ambiental; Aditiva nº 008/09 ao Art. 26 Fica estabelecido que todo e qualquer Termo de Cooperação e/ou similares entre os órgãos componentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA - no Estado de Roraima deverão ser previamente aprovados pela Assembléia Legislativa de Roraima – ALE/RR.** As Emendas, após lidas e discutidas pelos Deputados Flávio Chaves e Aurelina Medeiros, após as discussões o Senhor Presidente a colocou individualmente em votação simbólica, sendo todas aprovadas pelos membros presentes da Comissão. Em prosseguimento, seguindo o Senhor Relator fez a leitura do Parecer Favorável com Emendas ao **Projeto de Lei Complementar N° 010/09.** Após, a leitura o Senhor Presidente submeteu o Parecer à discussão, como não houve quem quisesse discutir a matéria o Senhor Presidente colocou em votação simbólica, sendo aprovada por unanimidade dos membros presentes. Antes de encerar a reunião, a Senhora Presidente informou à Comissão que a matéria que fará parte da Ata, na Integra, desta reunião, após a posterior degravação das fitas K-7, com a ciência dos Senhores Parlamentares, será encaminhada à publicação. **ENCERRAMENTO**: Às Dezoito horas e quarenta cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. E para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado **Célio Wanderley**
Presidente da Comissão
Aprovada em: 16/09/09

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

REUNIÃO EXTAORDINÁRIA,
REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009.

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, às dezessete horas e quinze minutos, no Plenário, Casa Paulo VI, Sede Provisória do Poder Legislativo, sito à Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Bairro Calungá, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodolfo Braga**,** Presidente da Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Chicão da Silveira, Flamarion Portela, Flávio Chaves, Tião Portella e Zé Reinaldo. **ABERTURA**: Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Chicão da Silveira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão**. Expediente**: Dando continuidade à Reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos **Projeto de Decreto Legislativo n.º 032/09**, de autoria da Mesa Diretora, que "Concede a comenda Orgulho de Roraima a habitantes do Município de **Normandia**, e dá outras providências". O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais designou o Senhor Deputado **Flamarion Portela** para relatar a Matéria. Logo após, suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente, reabriu os trabalhos e constatou na Ordem do Dia a Proposição analisada pelo Relator, solicitando ao mesmo proceder à leitura do parecer. Após leitura, o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade dos senhores Membros da Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação das Matérias, encerrou a reunião às dezessete horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodolfo Braga
Presidente da Comissão
Aprovada em 23/09/09

Faça sua parte, colabore.

Revisão Constitucional

Entre para a história



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

Comissão Especial de Revisão Constitucional
revisaoconstitucional@al.rr.gov.br

"O Legislativo mais perto de você."